



DIÁLOGOS INTERCULTURAIS SOBRE BEM VIVER

AFM Articulação Feminista Marcosur

Apoio: AMB, REDEH, CLD, SOS CORPO, CFEMEA

Brasília, 04 e 05 de outubro de 2011

R E L A T Ó R I O

Programa dos Diálogos

O encontro para os diálogos interculturais reuniu lideranças de organizações de mulheres indígenas e de setoriais de mulheres de organizações indígenas mistas, buscando contemplar diversidade regional, de povos e de tipos de organizações; e integrantes da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras, atuantes na Frente por Justiça Socioambiental e no debate sobre alternativas à globalização.

Este diálogo intercultural teve como objetivo promover reflexões sobre a situação das mulheres indígenas e não indígenas, discutir as explicações para esta situação e as alternativas sonhadas para transformação social e da realidade de vida das mulheres, destacando-se a proposta do Bem Viver.

As participantes chegaram no dia 03 de Outubro onde foram recebidas pela Coordenação dessa Atividade com jantar e uma dinâmica de boas vindas. Infelizmente muitos vôos atrasaram e a chegada foi sendo a conta gotas.

DIA 04 DE OUTUBRO DE 2011

Diálogos Interculturais – um convite



Os diálogos interculturais sobre o Bem Viver no Brasil tiveram o desejo de trazer as convergências e diferenças entre os modos de pensar e de viver das mulheres indígenas e das não indígenas no país. Mas, para, além disso, significou um momento muito especial na história do movimento de mulheres indígenas, tendo sido a primeira vez que estas se encontraram para discutir o Bem Viver. Assim, imbuídas do espírito do encontro e das singularidades, Nilde Souza - Secretária executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e Miriam Terena do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (CONAMI) acolheram todas as participantes deste Diálogo.

Para favorecer o entrosamento nos dividimos em grupos de duas mulheres, sempre uma indígena e outra não-indígena, a fim de compartilhar a experiência de quem somos, apresentando-nos umas as outras ao grupo. Esse primeiro diálogo foi celebrado com uma ciranda de Lia de Itamaracá (dança típica do estado de Pernambuco e que guarda as raízes africanas) e com um toré (ritual indígena) iniciado pela Sra. Lavina, indígena da etnia Macuxi de Raposa Serra do Sol que, ao trazer a música “uagau uagau P”, resgatou a lembrança de borboletas coloridas que andavam juntas em sua aldeia, como referência aquilo que estava sendo proposto no nosso Diálogo... Para ela, “somos assim...”.

O caminho dos diálogos – o que estávamos dispostas

A metodologia dos Diálogos foi apresentada situando que a tônica do encontro era perceber o que nos unia e aproximava, e o que era diferente e precisava ser respeitado e dialogado. Nossa vontade foi que essas reflexões nos ajudassem a ponderar o que poderíamos fazer juntas, já que separadas, estávamos fazendo muitas coisas.

Assim, das curiosidades e expectativas iniciais que um Diálogo como este poderia suscitar, percebemos se insinuar entre nós, a preocupação de que esse encontro também pudesse servir para buscar e fortalecer a realização de políticas públicas para as indígenas e não indígenas, em processos de conferências e outros diálogos interinstitucionais.



Todavia, o além dos compromissos assumidos com a AFM - a articulação que criou a idéia desse Diálogo e conseguiu financiar essa atividade em 05 países da América Latina, o que não estava previsto no projeto era/será algo que ficará na dependência de todas nós e do que cada uma poderá viabilizar coletivamente... ou seja, o daqui pra frente nós é que devemos criar...

Nossa programação

04 de outubro de 2011 – terça feira

Hora	Tema e procedimento	Materiais	Condução
09h	<p>ABERTURA</p> <p>Objetivo: Integração e reconhecimento de integrantes do movimento de mulheres indígenas e do movimento feminista</p> <p>Procedimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> Boas vindas e sentido do encontro por AMB e por uma indígena Idéia geral do programa Dinâmica de integração e apresentação 	Decoração do ambiente	Nilde e Miriam Terena
10h	<p>NÓS MULHERES, NOSSAS VIDAS E NOSSAS LUTAS</p> <p>Procedimento:</p> <p>Trabalho em grupos orientados por temas específicos sobre a situação das mulheres: violência, trabalho, poder, sexualidade...</p> <p>Nos grupos: abrir situando o tema, fazer perguntas sobre como é a situação das mulheres nos diferentes contextos/povos, abrir espaço para mulheres indígenas das várias etnias e para não indígenas se pronunciarem.</p> <p>Abrir uma segunda rodada sobre 'nossas lutas' – que lutas estão sendo levadas pelas mulheres indígenas e não indígenas no âmbito daquele tema.</p> <p>No final fazer uma síntese, combinada com o grupo, e por em um cartaz e ver alguém do grupo para expor</p> <p>Registro: deve-se fazer um registro do grupo, para além da síntese, demarcando as diferenças de povos</p>	<p>Cada grupo:</p> <p>papel branco</p> <p>40 kg ou pardo para cartaz, pincel atômico de duas cores fortes.</p> <p>Para plenária: fita crepe e local para colar cartazes.</p>	<p>Grupos por tema:</p> <p>Violência: Jolúzia</p> <p>Poder: Schuma</p> <p>Trabalho: Rivane</p> <p>Sexualidade: Carmen</p>



	reorganizações em relação as interpretações que fazem sobre a situação das mulheres.		
12h	Intervalo para comer e descansar		
14h	<p>Dinâmica de integração</p> <p>Apresentação dos grupos e debate:</p> <p>A situação de vida das mulheres e as lutas das mulheres indígenas e do movimento feminista.</p> <p>Os grupos apresentam e depois todas comentam e debatem, buscando ver o que temos em comum e o que temos de diferente entre as mulheres indígenas e não indígenas...</p>	<p>Aparelho de som para música.</p> <p>Cartazes apresentados serão colados</p>	Analba
16h	Intervalo		
16:15	<p>NOSSO SONHO:</p> <p>O MUNDO QUE QUEREMOS PRA VIVER.</p> <p>A ideia aqui é discutir sobre qual o entendimento que temos sobre a transformação social, que mundo queremos pra viver e como pensamos que pode ser feita a transformação. Aqui estaria colocado o debate sobre a proposta que está sendo debatida no movimento indígena latino americano de Bem Viver. Refletiremos juntas sobre como desejamos que seja a relação entre homens e mulheres, a relação entre os seres humanos e a natureza, as relações de poder nas comunidades e no Estado, etc.</p> <p>Procedimento:</p> <p>Uma breve exposição problematizadora sobre transformação social e Bem Viver</p> <ul style="list-style-type: none"> • uma da AMB e uma indígena (10 a 15 min cada) <p>Trabalho em grupos: produção artísticas segundo os talentos: arte visual, música/poesia, teatro... grupos de aptidão, respondendo a questão: que mundo queremos pra viver? Ou como queremos que o mundo seja?</p>	<p>Materiais para produção artística:</p> <p>- tintas, papéis, pincéis, cola, gliter, teatrália (roupas, lenços, maquiagem, bijuterias....)</p>	Carmen
18:30	Intervalo para jantar		
	a noite pode ser usada para continuar a produção ou podemos fazer uma roda de 'músicas do lugar' onde cada		Analba e Schuma



uma apresenta um canto do seu povo, de sua organização ou movimento....		
---	--	--

05 de outubro de 2011 – quarta feira

Hora	Tema e procedimento	Materiais	Condução
08:30	Integração Apresentação dos grupos: arte sobre um mundo novo e fala sobre o projeto de transformação social e o Bem Viver	De acordo com os grupos	Analba
10:30	Debate geral: Nós mulheres, do movimento indígena e do movimento feminista, e nossas propostas de transformação social.		
12:30	Intervalo para comer e descansar		
14:00	O QUE PODEMOS FAZER JUNTAS Propomos também uma reflexão sobre a continuidade deste diálogo e possibilidades a construir de darmos seguimento a aproximação entre os diferentes movimentos de mulheres. Ir registrando na lousa ou no papelógrafo o que for sendo definido. Exemplos: <ul style="list-style-type: none"> • CNPM: ação conjunta? • Documento deste diálogo? • Rio + 20? • Participação no Diálogo latino americano...? 	Lousa com giz ou cavalete de papelógrafo com pincel	Schuma
17:30	Avaliação e despedidas <ul style="list-style-type: none"> • propor uma dinâmica ritualística em conjunto (tipo: formando uma aliança?) 		Analba e Graciliana
19h	Encerramento e Jantar		

As sujeitas dos diálogos

Participaram dos Diálogos muitas mulheres lideranças de povos indígenas: cacicas, vice-cacicas, integrantes de Comitê inter-tribal (NE), e lideranças que se destacaram na luta pela regularização do território indígena no país. Muitas destas ressaltaram que



havam participado de outros encontros com o movimento feminista, mas que faltava este momento de construção mais coletiva.

A liderança indígena Graciliana Xukuru Cariri de Alagoas lembrou de sofrimentos causados inclusive, por outras indígenas, ao se revelar feministas, mas que hoje está feliz por ver mulheres indígenas na luta e por entender porquê tem de lutar pela preservação da cultura - "...porque povo sem cultura é povo sem história... e se sozinha não pode, juntas podemos muito mais...". Para esta indígena "essa missão está em nós mulheres, não só nas indígenas, mas nas mulheres de todos os povos... sermos as protagonistas diretas do bem viver." E revela que "foi o movimento de mulheres que a ajudou a romper com muitas submissões, mas que não rompeu com sua identidade".

Nós mulheres, nossas vidas e nossas lutas

Seguimos na nossa vontade de encontro dialogando em 04 grupos sobre nossa situação de mulheres, nossa vida como ela é, tomando como elementos provocativos a reflexão sobre a sexualidade, o trabalho, a violência e o poder, como tais dimensões nos colocam no mundo e como nos localizamos a partir delas, quais nossas convergências e diferenças. Os agrupamentos se deram a partir da 'empatia como o tema'.

Assim, mulheres indígenas e não indígenas foram convidadas a integrar todos os grupos, a partir de seu interesse, de modo que tivéssemos grupos mistos e que as várias experiências das mulheres, nos diferentes contextos e povos pudessem ser trocadas a partir de uma provocação inicial. Numa segunda rodada de discussão, ainda nos grupos, todas fomos convidadas a dialogar sobre nossas lutas (de mulheres indígenas e não indígenas) em cada uma daquelas dimensões. Ao final, tudo foi colocado num cartaz e apresentado em plenária.

Apresentação dos grupos e plenária

GT VIOLÊNCIA



O grupo de discussão sobre a violência apresentou os seguintes elementos sobre a situação e as lutas das mulheres:

- a situação de violência contra a mulher tem como principal fator o machismo. Ela é uma forma disciplinadora do nosso comportamento;
- o álcool e o abuso da “bebida cultural” devasta as aldeias. Isso gera abuso sexual, espancamento, maus tratos a idosos indígenas, em especial nas instituições;
- os idosos indígenas que não entendem bem o português são barrados nas instituições, especialmente em momentos de aposentadoria no INSS. Mesmo quando não há a dificuldade da língua o preconceito contra indígenas existem em todas as situações do Estado. Ex.: em casos de cirurgia a FUNASA não atende com emergência;
- a violência simbólica: a perda da língua na maioria dos povos. Alguns têm apenas palavras soltas;
- há violência contra as mulheres também nas situações de conflito de terra e nas áreas de grandes projetos de desenvolvimento, a exemplo do conflito em Raposa Serra do Sol contra os arroteiros.

No que se refere as resistências e lutas, o grupo apontou:

- a luta contra a bebida alcoólica através de capacitações e seminários sobre a questão; o controle social das políticas e a Lei Maria da Penha (LMP); a luta contra o machismo que prevalece nas aldeias; o apoio individual para mulheres nos processos de violência;

Nesse contexto uma questão se impôs: como se resolve nas aldeias os crimes de estupro, espancamento e assassinatos de mulheres?

O debate seguiu sendo explicitado por algumas mulheres indígenas que em caso de assassinato, o cacique entrega o indígena à FUNAI ou à polícia e, em caso de abuso sexual, se permite um tempo para o autor mudar. Aqui é importante considerar que a Lei Maria da Penha não chega às aldeias, dado que essas ficam muito distantes dos centros urbanos, na verdade, sequer chega aos municípios.

Muitas afirmaram que precisam “ser mulheres de coragem... o homem chegou em casa bêbado e a mulher botou álcool pra cozinhar porque ele não comprou comida...”.



Mas identificaram que há uma grande convivência dos indígenas com a violência contra a mulher nos povos indígenas.

Por outro lado, ressaltou-se que no Nordeste há situações de indígenas trazendo o narcotráfico para seu povo, situação que agrava a violência. “São homens... Nós temos de ser fortes e transformar essa situação. Nós usamos as bebidas rituais, os princípios ativos de nossas ervas com responsabilidade, no momento certo, com as pessoas certas”.

Na FUNAI há a Coordenação da Mulher Indígena, que com o apoio da ONU Mulheres, faz oficinas sobre a LMP, sobre a violência contra as mulheres com homens, no entanto, as mulheres nem ficam sabendo e não veem resultado. Para elas, há de se chamar a atenção dos caciques e pajés e de se manter a relação com a ‘mãe natureza’.

As mulheres vítimas que denunciam, inclusive ‘as da cidade’, trazem o problema do álcool como parte dos problemas nos contextos de violência e se cria no senso comum e nas instituições de justiça a ideia de que a violência contra a mulher é causada pelo consumo de álcool. Daí uma questão se coloca: “ele bate porque bebeu ou ele bebe pra bater?” Entretanto, há também um consenso de que a razão maior é o machismo, entendido aqui como o patriarcado... “é quase como natural que o homem manda e a mulher obedece. Em todo lugar tem convivência com isso: povo, aldeia, bairro, família...”. Nesse sentido, a violência contra a mulher tem sido enfrentada como um problema da sociedade não um problema individual.

No debate sobre os processos de resistência foi bastante valorizado o diálogo com ‘o outro’, mas sendo muito mais importante a solidariedade entre as mulheres. “Precisamos afirmar que o homem que é um bom homem não bate! A gente precisa dizer que isso é feio! Precisamos dizer que quem faz isso não gosta de si mesmo, não se respeita...”.

Também foi afirmado como uma grande violência a religião. “Tem parentes que vão para a Igreja Evangélica e ficam com a cabeça cheia, e faz com que perca a própria religião, nosso toré, nossa pintura... ai vai se perdendo as raízes. Eles se infiltram e fazem igreja dentro da aldeia, e gritam, mas Deus não é sendo.”



Por outro lado é preciso ter cuidado com as estratégias porque há situações de violência contra as mulheres que se justificam pela cultura ou pela religião. As abordagens juntas com homens e mulheres, muitas vezes, ao invés de diminuir a violência, fazem é aumentar. Nesse sentido, é muito importante as resistências individuais e as coletivas, de nós mulheres.

Como perspectivas em comum, entre as situações de violência vivenciadas pelas mulheres indígenas e não indígenas, foi destacado:

- nós mulheres temos a opressão do machismo e do patriarcado. A violência que a gente sofre é por sermos mulheres, e termos a obrigação do cuidado, e a gente apanha quando sai deste lugar, apanha pra se comportar. Nesse sentido, como podemos ter a maternidade e o cuidado como força e não, como é hoje? Como podemos usar este poder para nos libertar e não para nos aprisionar? Como dar a volta, sair da prisão para a maternidade? Como mudar o mundo transformando a gente mesma?
- nas aldeias, há uma dificuldade de organizar as mulheres em torno do debate da LMP, há uma fragmentação... é difícil manter a luta sem ter auto-organização;
- o Estado não faz nada sobre o problema dos evangélicos hoje nas aldeias e nas periferias. A ausência de políticas públicas, a fragmentação da vida, a perspectiva do mundo se acabar... esse desespero, gera esse tipo de adesão auto-destrutiva...

GT PODER

No que se refere ao diálogo sobre o poder, as mulheres indígenas falaram de suas lutas:

- enfrentam o desafio do não reconhecimento das mulheres indígenas nas políticas públicas e de “não saber trabalhar”;
- diferenças das mulheres cacicas porque tradicionalmente os homens exercem este poder;
- no interior do movimento, as mulheres indígenas são mais cobradas pelos povos que as mulheres não indígenas;
- têm relação direta com a ‘mãe terra’/natureza, e essa cosmovisão as diferencia das mulheres não indígenas. Por causa disso foi explicado que elas têm



trazido alguns caciques para a luta das mulheres, ou seja, pelo respeito à mulher ser sagrada;

- para elas, o poder tem que ser com diálogo... “não podemos estar à frente, temos que estar sempre em contato com o outro”.

As mulheres apontaram como questões e avanços:

- uma mulher na presidência, todavia, temos o PNPM – Plano Nacional de Política para as Mulheres que não tem implementação efetiva;
- precisamos estar articuladas para exercer poder;
- o poder que queremos é para transformação, para um mundo melhor, enquanto nos transformamos a nós mesmas;
- dar continuidade ao diálogo com outras companheiras;
- não queremos ser produto, queremos mostrar que as mulheres indígenas são capazes de exercer o poder para o melhor no seu povo, para não perder as identidades culturais;
- o poder do Estado gera mais vulnerabilidade para os povos indígenas;
- a visão indígena é estar no poder para trabalhar para o bem comum;
- nas assembleias indígenas a gente combina em quem votar nas eleições, mas há casos de 'traição';
- Dilma é mulher e o pessoal fala que é 'machuda', mas pra gente não importa, o que importa é o que o governo federal faz;
- mesmo nas organizações indígenas, quando é para eleger uma mulher, os indígenas não votam porque dizem que não querem ser mandados por mulher;
- dentro do CNPI há representação indígena, mas estas não lutam pelo seu povo, eles também não reivindicam nada para os indígenas urbano, que precisam de saúde, casa, habitação, etc. ...Tem indígena que tem poder, se elege deputado, e se deixa comprar pelo sistema capitalista branco;

Como proposta do diálogo foi sugerido:

- leis de cotas para mulheres no legislativo e no executivo;
- nós mulheres firmarmos o compromisso com o consumo que fazemos.

O que nos une?

- nós temos uma força que gera processos de mudança. Cada uma de nós fez na sua história um momento de ruptura. Isso nos une e nos movimenta. Em



várias lutas contra o governo e as grandes empresas, as mulheres estão na frente. Nós não queremos Belo Monte, Transposição do São Francisco...

- nós usamos o poder do argumento nas nossas lutas;
- no atual estágio de acumulação capitalista... precisamos ouvir a mãe terra: a relação das mulheres indígenas com a natureza é intrínseca, elas ouvem mais a terra... por isso o conceito do Bem Viver é indígena;
- a gente precisa dizer que tudo que fere a mãe/terra devemos seguir no rumo contrário.

GT TRABALHO

O trabalho tem um significado fundamental para o nosso Bem Viver, o poder, a qualidade de vida, a educação, a saúde, o respeito...

O que mulheres indígenas e não indígenas têm em comum?

- nós mulheres trabalhamos duas vezes mais que os homens, porque trabalhamos fora de casa e em casa. Muitas mulheres que trabalham vendendo nas ruas, chegam em casa exaustas e têm que fazer comida, lavar roupa...
- não somos reconhecidas e ganhamos menos que os homens. Lutamos para ter um patamar igual de salário com os homens;
- nosso dinheiro não garante nosso Bem Viver (lazer, descanso, saúde, etc.);
- muitas mulheres são chefes de família, em sua maioria são trabalhadoras domésticas e mulheres que estão na economia informal.

As mulheres indígenas informaram que:

- fazem o trabalho doméstico e o artesanato, procuram espaço para expor seus produtos e vender, no entanto, são excluídas do mercado de trabalho;
- muitas mulheres plantam e criam animais para o sustento da família;
- outras têm o cuidado com o reflorestamento e a reposição das sementes;
- plantam ervas para remédio e fazem a divulgação da cultura;
- são menos escolarizadas que os homens, têm menos acesso ao mercado de trabalho e à faculdade;
- têm diferença de acesso a financiamento... muitas não têm documentos (RG, CPF, CNPJ...) e não conseguem crédito, a exemplo do crédito de três mil reais no Banco do Brasil para artesanato;



- não há política específica para as indígenas, elas são obrigadas a tirar carteira de artesã e são tratadas igual ou pior que todos os ambulantes no DF;
- não há reconhecimento da identidade indígena... “eu posso escolher ser ou não tutelada pela FUNAI, mas quem é, não tem direito de escolha...”;
- vivenciam muita situação de preconceito;
- há diferenças de acesso a espaços para comercialização de seus artesanatos. Se organizam em associações e fazem parcerias umas com as outras e assim, comercializam os artesanatos das outras, falam da cultura, etc.;
- exploração do trabalho indígena pelos atravessadores. Compram nas aldeias por um preço pequeno e vendem por um valor bem acima;

As mulheres indígenas afirmaram que nas aldeias não é muito diferente da vida na cidade, muitas trabalham na aldeia e vendem na cidade, mas o marido pega o dinheiro e decide o que vai fazer. A maioria das indígenas do Norte não têm muito contato com ‘o branco’, por isso, aprendem menos o português, e ficam mais dentro da aldeia, por causa da língua. O aprendizado da língua portuguesa também é um fator que diferencia as oportunidades para os povos indígenas, as mulheres apontaram que também é por isso que não há advogados, médicos e outros profissionais indígenas, por causa da língua, no máximo há o político, “porque os povos indígenas só têm algo se tiver o político”. Já com as mulheres do Nordeste é diferente, porque já sabem o português, no entanto, elas se ressentem de não estar preparadas para estudar, “porque o homem é muito racista e machista... tem muita violência”.

Neste grupo havia representação de duas etnias, que passaram a relatar a situação de trabalho das mulheres da seguinte forma:

- Povo Kariri Xocó (DF)

Desde 2010 a FUNAI está sendo obrigada a reconhecer esse povo, via PGR/MPF. Este enfrenta grande dificuldade porque está longe de sua aldeia, localizada em Alagoas - estão no DF há mais de 40 anos, no entanto, não são reconhecidos pelos órgãos públicos. Isso é fonte de mais dificuldade ainda para a sobrevivência, porque no DF há espaço para os indígenas, todavia, estes não podem ser utilizados por esse grupo, dado o não reconhecimento de sua identidade indígena.



As mulheres são a maioria que trabalha, vivem em casa todos os dias, trabalhando no doméstico e nos artesanatos, mas não têm onde vender. Para elas, tal situação não é diferente das trabalhadoras informais do DF. Nesse sentido, refletiram que o trabalho das mulheres indígenas é desqualificado porque são tratadas como as informais do DF então, são obrigadas a emitir carteira de artesã, e não têm local para expor. Afirmaram sofrer muito preconceito das mulheres artesãs brancas, “os hippies podem expor onde quiserem no DF, mas as indígenas não”. Não há política afirmativa e específica para essa população.

Já os homens, trabalham na construção civil, numa área ocupada anteriormente, e alguns deles dividem as tarefas domésticas, fazendo a parte de agricultura.

As lideranças querem iniciar um trabalho para que elas possam ter acesso aos fóruns, feiras de artesanato, conferências, para mostrar o artesanato e abrir eventos com seus cantos, cobrando cachê, para isso é preciso que esse povo seja reconhecido, porque preservam a identidade de seu povo. “Não queremos ser invisíveis, porque nós existimos, nos organizamos em associação para organizar o trabalho e ter uma referência”.

- Povo Gavião do Pará no DF

A representante informou que mora no espaço urbano do DF e que só conhece 04 mulheres que moram no DF. Vive do artesanato e coordena um grupo de artesãos indígenas que viaja o Brasil. Relata muita dificuldade porque o preconceito é grande, não é em qualquer lugar que pode entrar para expor seu artesanato. Nesse sentido, expõe nas conferências, encontros e fóruns, é autônoma junto com os outros, busca seus próprios espaços para expor. Integra uma associação - Equipe Naturama, que trabalha com economia social e meio ambiente. Nesta, há um departamento chamado Etnioka, direcionado somente aos indígenas e coordenado por ela, sendo através dessa que ela busca espaço de trabalho (produção de artesanato e exposição) para várias outras etnias, embora ela seja uma associação de indígenas e não indígenas. Ressalta ainda que é também através dessa associação que está buscando discutir a saúde indígena, porque não há política específica para os indígenas no DF. Por fim, chama a atenção para o fato de que se organizam numa associação para poder ter uma referência, porque não há reconhecimento da organização indígena.



Quanto as trabalhadoras urbanas não indígenas, foi relatado que existem políticas hoje no DF que tentam beneficiar as trabalhadoras informais (as camelôs), mas ainda não é suficiente. Elas têm pouca chance de financiamento (crédito e microcrédito), enfrentam muita burocracia para fazer seu próprio negócio, bem como cooperativas, a maioria é para os homens. Falta política que atenda aos direitos das trabalhadoras domésticas porque não há o reconhecimento dessa categoria, os benefícios previdenciários são difíceis de serem acessados por elas porque são contributivos, embora elas tenham trabalhado a vida toda e gerado recursos.

Com relação ao trabalho doméstico remunerado, como as trabalhadoras domésticas estão tendo seus direitos mais valorizados, tem havido uma migração de meninas e mulheres do Nordeste, e até do exterior, para fazer esse trabalho, muitas vezes de forma escrava. Ainda é muito difícil o acesso das mulheres à ciência e tecnologia, elas ainda estão mais no trabalho dos cuidados. Problemas como idade (as jovens com o primeiro emprego e as idosas com a sobrevivência) racismo, machismo tem marcado a condição das mulheres no trabalho, há sempre o risco da precariedade e da informalidade... “ainda ganhamos menos e temos de provar o tempo todo nossa capacidade”. Foi relatado problemas como a ameaça de assédio moral e sexual, a manutenção de enorme volume de trabalho, sem descanso, se concluindo que não há uma mudança significativa na divisão do trabalho doméstico para as mulheres urbanas.

As nossas lutas

As mulheres não indígenas relataram que as lutas empreendidas vão no sentido de reivindicar: políticas públicas voltadas para a autonomia das mulheres, como creches, lavanderias, restaurantes, etc.; equiparação dos direitos das trabalhadoras domésticas, o reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado como trabalho e a necessidade de garantia dos direitos previdenciários. Para estas, o “maior desafio é conosco mesmas, de não reproduzir o machismo no nosso dia a dia, e de não aceitar, e se sujeitar a algumas coisas, porque precisamos nos sustentar...”.

Já as indígenas informaram que:



KARIRI XOCÓ - precisam de políticas públicas de geração de renda; espaço para comercializar o artesanato; reconhecimento como indígena para acessar os espaços; fim da discriminação e dos atravessadores. Elas relataram que ocupam os espaços como resistência e são obrigadas a se organizar em associação que segue a lógica não indígena, como a Assoark – Associação Indígena dos Cariri, que congrega artesãos de outras etnias para produzir e diversificar a produção.

GAVIÃO: resiste fazendo o artesanato independente do governo; busca acessar créditos no BRB e Banco do Brasil; busca acessar os eventos no Brasil para expor seu artesanato; resiste costurando batas com grafismos indígenas para geração de renda.

O que nos une?

- divisão sexual do trabalho é comum para indígenas, com diferenças entre os povos, e não indígenas. Para os Kaiapós, por exemplo, há a casa de reunião de mulheres e de homens separadas, onde o outro não entra;
- muitas indígenas são empregadas domésticas e sofrem do problema da migração de outros países para cá, para o trabalho doméstico sem garantia de direitos;
- trabalho da mulher é inferior em qualidade e em quantidade (salário);
- políticas macroeconômicas ditadas pelo países 'centrais do mundo' (europa e EUA) influenciam as nossas leis, regras e situações de trabalho. Exemplo disso é o problema da privatização da água em Manaus, resultado de acordo de alto nível com empresas europeias. Com isso, o governo causou um problema enorme para as mulheres que precisam do abastecimento de água para a vida cotidiana;
- as indígenas vêm para a cidade em busca de melhoria de vida, por isso, ocupam terras na cidade e querem viver do artesanato, no entanto, encontram muita dificuldade. A FUNAI tem responsabilidade com isso, uma vez que não desenvolve projetos de trabalho nas aldeias, forçando as indígenas a migrarem, e os recursos para essas políticas vão para destinos não conhecidos;
- há exploração de mão de obra de adolescentes indígenas que vêm da Guiana para melhoria da vida em Roraima, estas vão servir de babás, faxineiras e não têm salários dignos;



- política partidária influenciando na escolha dos dirigentes da FUNAI e o movimento indígena não tem o reconhecimento para influenciar.

GT SEXUALIDADE

O diálogo sobre sexualidade foi carregado de depoimentos de si, e muitas questões em comum foram expressões da vivência de mulheres indígenas e não indígenas:

- “estou há muitos anos no movimento indígena e nunca houve essa discussão... é preciso ter...”;
- não conhecer a si mesma, seu próprio corpo, sua parte sexual, apalpar seu peito, seu sexo...;
- sentimento de culpa, perda, de não saber o que é o orgasmo, amor livre...;
- há vários povos, diferentes entre si, de modo que para cada um há um jeito de vivenciar a sexualidade;
- a sexualidade e a reprodução fazem parte do Bem Viver;
- perda da virgindade, não falar com a família sobre sexualidade... desinformação sobre o tema;
- doenças sexuais: muito jovem aprende na escola e a maioria não sabe o que faz e contamina os povos;
- “o indígena quando começa a fazer essas coisas, ele não perguntou a ninguém, ele sentiu e fez, tocava na mulher e ela sentia... de olho fechado... “eu não via, era no escuro, mas a saúde é na cabeça, e a carne aceita porque é bom e a gente gosta...”;
- impacto ambiental dos projetos e das usinas... nos povos e na sexualidade: nesses contextos há trabalhadores homens em grande quantidade, gerando a prostituição das indígenas, das jovens, muita gravidez... igual problema também atinge as mulheres não indígenas;
- na sexualidade, nós mulheres indígenas e não indígenas temos a mesma situação - há todo tipo de diferença sexual e tem repressão nas famílias;
- homossexualidade entre indígenas: nós somos seres humanos, temos de olhar com respeito e dar orientação pra prevenção à saúde; tem a ver com a dimensão da cultura, mas os líderes novos já sabem como essa questão deve ser encarada... eles não são burros...;
- “sexualidade sempre gera risada, a gente precisa descontrair porque não nos sentimos à vontade. Porque somos privadas do prazer, somos tratadas como instrumento de reprodução. Hoje nós indígenas estamos rompendo com isso,



já temos nas aldeias, mulheres que vivem juntas. Quando eu penso que não quero para o meu filho, é por conta do preconceito e discriminação que ele vai sofrer e não, porque esteja errado. A sociedade cobra e impõe”;

- sexualidade gera constrangimento, mal estar, gera riso... nós mulheres não indígenas e feministas pensamos no prazer. No Bem Viver pouco nos relacionamos com o nosso corpo, como desejante...;
- “a questão sexual é muito forte, se é para as não indígenas, muito mais para as indígenas, somos muito mais subordinadas à reprodução. O corpo ainda nem tá formado e já estamos parindo... Nós indígenas temos que romper este paradigma da cultura. Temos que transformar isso nas nossas comunidades. Toda cultura se transforma!”
- “eu só sou indígena porque eu tenho meu espírito vivo...”;
- sexualidade nas aldeias: temos que ter um trabalho psicológico para os indígenas respeitarem os homossexuais, há muita discriminação;
- no rio Solimões temos uma 'devastação' sobre isso. Em São Gabriel é mais aceito, não há expulsão. Os indígenas têm que acompanhar a e, evolução, até na pajelança;
- em Roraima há muitas mulheres indígenas com HIV/AIDS na cidade e nas aldeias, principalmente adolescentes;
- sexualidade: muito delicado por conta da forma que foi transmitido os princípios morais por nossos antepassados. Falar disso com as filhas era desrespeito, o namoro era vigiado, quanto acontecia era obrigado a casar, senão, poderia até morrer. Hoje é uma barreira que tá sendo rompida, já se conversa em casa, as escolas já trabalham... “Eu sou professora e antes eu pulava as páginas de sexualidade do livro, agora que sou coordenadora de apoio, eu vou dar aula...”;
- proibições, interdições, silêncio, medo... tudo é visto como negativo. Vamos colocar na roda nossas vivências, experiências, vamos refletir juntas... “Neste Bem Viver, nós precisamos sentir prazer”.

DIA 05 DE OUTUBRO DE 2011

Nosso sonho: o mundo que queremos pra viver



O segundo dia foi iniciado com um momento de reflexão sobre o Bem Viver a partir das indígenas, seguida de uma dinâmica que favoreceu o fortalecimento individual. Para isso, cada mulher foi convidada a dizer seus nomes na roda, sendo repetido por todas, seguida de uma música cantada por Silvinha Xukuru ... “para invocar as forças”.

Carmen do SOS Corpo continuou este momento resgatando as constatações do dia anterior em torno da situação das mulheres indígenas e não indígenas, os pontos em comum e o que nos diferencia, ressaltando que, independente dos contextos e das diferenças de situações, a realidade de ambas têm em comum a mesma raiz, ou seja, os elementos que estruturam as desigualdades na sociedade – o racismo, o sexismo e a condição de classe.

Nesse sentido, ela introduziu algumas provocações sobre o sentido da transformação social e a proposta que está sendo apresentada pelo movimento indígena latino-americano - o Bem Viver, nos convocando a refletir sobre que mundo nós queremos para viver, como desejamos que seja a relação entre homens e mulheres, a relação entre os seres humanos e a natureza, e as relações de poder nas comunidades e no Estado, isso sendo pensado como expressão de qual é o nosso Bem Viver.

Assim, fomos convidadas a pensar em grupos separados, de mulheres indígenas e não indígenas sobre qual o mundo queremos para viver e como isso dialoga com as propostas andinas do Bem Viver?

Exposição dos grupos de trabalho sobre o Bem Viver

Após o debate nos grupos Carmen retomou o diálogo mais coletivo, chamando a atenção para o fato de não termos necessidade de terminar esse processo com consensos, já que nossa proposta foi fazer um diálogo entre as visões, que podem ter coisas em comum ou não, com relação as mulheres indígenas e não indígenas.

Assim, as mulheres não indígenas trouxeram as seguintes reflexões em torno do mundo que querem para viver:



- resgatar o positivo da discussão do Bem Viver porque vem de um contexto de força dos povos da América Latina, como sujeito político, e porque está situada num contexto da crise ambiental, que coloca em questão a continuidade da vida no mundo (mudanças climáticas, etc.). Além disso, o movimento feminista tem uma crítica ao desenvolvimento que é visto sempre a partir do modo de produção capitalista e de uma forma predatória da natureza, e vem discutindo alternativas, como desenvolvimento sustentável, economia popular, agroecologia, cooperativismo, etc., mas nenhuma delas sendo suficiente para a visão do 'mundo novo';
- elementos positivos do Bem Viver: relação com a natureza é um sentido de pertencimento, só que para as mulheres não indígenas, não apenas as mulheres pertencem a natureza, mas os seres humano como um todo, e a responsabilidade do cuidado e da vida é um problemas para toda a humanidade, e não apenas para as mulheres;
- a ideia da não mercantilização para construir outra lógica econômica. Dai coloca-se a necessidade de construir uma nova forma de produção e de consumo;
- a qualidade de vida precisa ser pensada a partir da possibilidade de ter uma vida saudável, diferente do que vem sendo praticado com a biotecnologia;
- construir as relações sociais a partir de um padrão ético – respeito, solidariedade... para isso, pensamos que ela não pode ser uma relação de dominação, e o Bem Viver trás a ideia de complementariedade. Para elas, essa discussão não agrada porque historicamente a mulher foi sempre vista como menor e a mulher sempre complementa. Essa lógica não combina com o ideário do Bem viver. Está-se discutindo a relação entre homens e mulheres com base na igualdade, com respeito às diferenças, mas naquela perspectiva;
- o conhecimento na nossa sociedade tem dois problemas, ele é apropriado e só o conhecimento científico tem valor. O conhecimento tradicional muito relacionado as mulheres não é respeitado, ao contrário, as grandes indústrias se apropriam para seu lucro. É preciso reconhecer os diferentes saberes das mulheres e das populações tradicionais como um saber que tem valor e constrói a humanidade;
- a espiritualidade - na perspectiva do Bem Viver em discussão em outros países, cada povo tem a sua forma, mas todos eles compreendem que para viver bem, a dimensão espiritual tem de ser contemplada. As mulheres não



indígenas discutem isso a partir de outras experiências, percebem a vida de outra forma, discutem a partir de outros padrões que não os predominantes (subjugação, capitalista, predatório, consumista); outras percebem a partir da necessidade transcendência, “é quando eu não me basto a mim mesma, quando me sinto parte de algo maior, de integração com o cosmo e com outras, na perspectiva da felicidade, ou seja, o bem estar não tem apenas a ver com a saúde, comida, etc., é preciso termos boas relações, lazer, etc., não é só o consumo, mas precisamos de outros elementos que nos façam ter uma vida mais prazerosa e mais feliz”...

E elas concluem que, enquanto proposta de mundo, ainda precisam dialogar com o Bem Viver para conhecer mais e absorver o que tem de positivo, colocar suas questões, tentar que outros sujeitos também absolvam a proposta do feminismo para favorecer o diálogo, e buscar outras alternativas que não têm esse nome, mas falam da mesma coisa, e buscar que isso se reflita não só na vida pessoal, mas nas suas lutas concretas (que se inserem contra os projetos de capitalismo...). Como fazer para dar concretude a isso é o grande desafio, porque não é só o debate discursivo que basta.

Para as mulheres indígenas:

- a palavra chave para o Bem Viver é o respeito à natureza, porque para as indígenas, para se ter um Bem Viver, é preciso o respeito à água, ao mar, à mata... porque aqui também se usufrui e não se pergunta sobre os impactos nos povos indígenas;
- a necessidade de preservação e utilização da cultura, mesmo estando fora das aldeias;
- FUNAI – está faltando fazer programa de valorização da cultura indígena e para a situação de vida. É preciso pensar políticas que gerem programas de economia para os povos;
- é preciso estar de bem consigo mesma, para isso, é preciso respeito mútuo; ser respeitado e respeitar;
- necessidade de participar na implementação de políticas que dizem respeito as populações indígenas, porque os projetos já chegam prontos, sem dialogar com os mesmos;



- essa é uma discussão nova que os não indígenas estão trazendo para os indígenas, mas independente disso, os povos vêm vivendo isso no dia a dia, e o principal é a garantia do território, porque através dele elas terão a identidade e o sustento; o respeito aos anciões, porque eles são as pessoas mais importantes, diferente de outras culturas, porque a partir daí se estabelece a relação com as gerações mais novas, por isso que uma das maiores expressões é a oralidade;
- muitos migram para uma vida melhor, mas não conseguem, porque são alvo de preconceito; quem está nas aldeias, mesmo que não seja desintrusada, são os que vivem melhor;
- o nosso Bem Viver começa a partir de mim própria, não adianta dar respeito se não respeitamos a nós mesmas;
- é preciso focar um problema que abranja todos, que é o território, porque a partir dela, se chega a outros, mas também tem a necessidade da união entre as mulheres, unir forças em prol da mudança dos homens também;
- o poder político – elas relatam que precisam ter autonomia, porque há uma discriminação com as mulheres indígenas. Então é preciso ter essa abertura para que elas cheguem aos poderes legislativos também, porque elas têm força pra lutar e ver o mundo como um todo, e não apenas aquele mundo de sua aldeia, embora algumas também tenham medo por achar que não têm capacidade;
- Bem Viver é estar na aldeia com seu povo... a força da mulher é na água, na terra, com seu povo, por isso que as mulheres indígenas falam no povo, no todo. Todavia, às vezes não dá certo, porque esquecem da violência ... “porque somos indígenas, mas somos também mulheres”;

Durante o debate, algumas conclusões foram construídas em torno do Bem Viver desejado:

- não é diferente entre mulheres indígenas, negras e não indígenas;
- o mundo que queremos para Bem Viver é um mundo com igualdade entre mulheres e homens, sem opressão pela questão das diferenças, sem violência. Para isso precisamos disputar a orientação do governo, pois essa discussão passa também pelo sentido da política e tem de ajudar ao interesse coletivo;



- essa visão dos povos indígenas é uma forma de criar outro paradigma, de pensar a sociedade, portanto, ela não está totalmente pronta; as mais ameaçadas nesse processo são as populações tradicionais;
- a crise atual (clima, financeira... civilizatória) está reconhecida, todos estão se mobilizando para debater, até no nível governamental como o G20, ainda que sem muita legitimidade. As soluções, no entanto, estão sendo propostas dentro de um marco que é sempre na lógica do capital, então, essa ideia do Bem Viver tem que ter um conteúdo revolucionário. O caminho do entendimento entre indígenas e não indígenas é o debate da diversidade, não suficientemente dialogado. O sistema quer impor a homogeneidade do consumo, e a questão é como vamos valorizar essas diversidades no marco do Bem Viver? Vamos ter de dar novos significados aos conceitos, porque todo mundo acha que respeita os outros... mas não é bem assim;
- é interessante destacar que tanto para as indígenas quanto para o movimento feminista, muito disso já vem sendo experimentado, e isso nos dá a sensação de que não estamos no zero... há muitas experiências em curso. Nesse processo de mercantilização dos recursos naturais e da vida, as alternativas é uma dimensão muito importante, porque muitas vezes parece que discutimos muito, mas não temos alternativas. Sob a perspectiva do Bem Viver podemos sentir o que a gente quer do tradicional e o que a gente não quer. Meu sentimento é de que já temos muito para o debate: a questão da descolonização e o debate sobre o poder e o conhecimento; que conhecimento queremos valorizar. Nesse processo, a luta pelos territórios dos povos e outro tipo de economia também está no centro dessa discussão, no enfrentamento do capitalismo, e é um contraponto ao que está sendo colocado pelos governos, a exemplo da matriz energética. Então teremos de conversar mais sobre o território – que territórios são esses? Seguramente os dos povos quilombolas, indígenas, porque estão fazendo resistência, e isso reconfigura nossos campos de alianças e os sujeitos coletivos - com quem é que a gente conta para essa aliança, por um projeto novo de sociedade, baseada nesses elementos? Precisamos discutir mais sobre isso, porque o chamado campo democrático popular 'está todo dominado'... já se passou pra lá, acha realmente que o modelo da economia verde é a alternativa, enfim... Nós não contamos mais com esses, então nosso foco de aliança deve ser reconfigurado. Por isso é preciso as mulheres indígenas, não indígenas e as do



movimento da segurança alimentar... E quais os espaços de nossas lutas? Temos diferentes dimensões de nossa luta que têm de ser valorizadas, então, revalorizar o conceito do local, da economia local, mas sem dispensar estarmos atentas no debate que é mais global, onde também muitas transformações se processam. Precisamos sempre aqui, ter uma pergunta desconfiada, mas porque isso acontece? Então temos coisas pequenas e grandes para construir;

- “o bem estar está no nosso coração e na nossa cabeça, então tem de ter saúde boa, barriga cheia, casa boa pra dormir. Estamos correndo para o bem estar, mas vamos demorar muito tempo para chegar lá porque somos povos diferentes, cada um tem uma cultura. Os indígenas do Nordeste foram os primeiros indígenas que a formiga nos atacou e não tínhamos FUNAI, só tínhamos ELE... levaram nosso bem estar e agora querem levar nossa cabeça e nosso coração...”;
- pra gente construir um mundo que queremos precisamos entender o mundo em que vivemos, que mundo é esse? Qual sua lógica e seus fundamentos? Porque que não nos serve? Pra gente pensar construir desconstruindo, como a tradição, que precisamos saber o que queremos e o que não, para esse novo mundo. Uma questão central é a disputa pela terra. Não há como construir os grandes empreendimentos sem terra. pensar a terra como um sistema vivo e orgânico para desconstruir essa noção de natureza posta. O interessante é que de onde viemos temos uma construção, pode não ter o nome do Bem Viver, mas quer uma transformação de mundo. É importante pensar que seja com que nome seja, um outro mundo é possível de ser construído!
- sobre as abordagens – como esse sistema se apodera das coisas que a gente vai criando de alternativa a ele, e ele vai se apropriando;
- Silvinha Xukuru explicou como está o debate sobre o Bem Viver em Pernambuco – “começou com um encontro em Salvador em 2006, só que não havia grupos de mulheres para discutir sobre as mulheres. Estamos organizando alguns grupos de mulheres em Xukuru e Truká para discutir com as mulheres, e agora, com os encontros estaduais de mulheres indígenas: a primeira foi em Rodelas – BA, a segunda em Kapinawá – PE”;
- “um mundo bom é aquele que eu mulher não precise salvar ninguém”. Conversamos muito sobre isso a partir do dado da maternidade, do Bem Viver, que trás essa questão sobre a vida. Para nós esse é um dos desafios centrais,



precisamos pensar, porque se o Bem Viver já está capturado pelo mercado, precisamos prestar a atenção para essa armadilha, isso não pode nos colocar no lugar de prisão, a gente também pode chamar os homens para cuidar. Essa não é uma discussão muito fácil, as mulheres não indígenas têm uma crítica ao Projeto Cegonha, do governo federal, por exemplo, porque elas, que defendem o aborto, também defendem que as mulheres tenham direito a ter uma gravidez segura, ao mesmo tempo em que reivindicam uma saúde integral para as mulheres que, de igual modo, não queiram ter filhos ... “porque hoje a gente só tem valor se for pra ter filhos”; “vamos pegar o que é de bom da tradição também, recuperar o que veio antes... precisamos nos dedicar a esse debate sem medo e sem amarras”;

- devemos deixar de pensar o Bem Viver numa forma antropocêntrica, é preciso pensar na centralidade da natureza, a experiência da permocultura diz que é preciso reconhecer a interconexão, ou seja, não há felicidade se somente eu vivo bem, enquanto uns são explorados e outros não, então, o nosso Bem Viver não está desconectado da natureza;
- é preciso uma reflexão sobre a natureza, sobre a água, no Amazonas a água está em risco, o AMA tem feito lutas, mas não tem conseguido tocar no capitalismo, chegam navios que transportam água doce do Amazonas e deixam água salgada... então, o Bem Viver em Manaus tem de refletir sobre a escassez de água e a comercialização da água nessa região, pois é preciso que esse seja um problema tomado por todo o país;
- o Bem Viver é universal, não é somente para os indígenas, então “me preocupo como eu, mulher indígena, vou levar esse debate para meu povo, que ainda não teve esse debate, pelo menos não o eu mulheres, como vamos discutir sobre isso na base, principalmente com as mulheres indígenas...”;
- Bem Viver pra nós é assim: o mundo já está construído, mas é preciso melhorar e avançar, quando não, é preciso lutar contra os invasores que estão mexendo onde não se pode, a preocupação mesmo é a terra de cada povo, porque os invasores estão ameaçando. “O Bem Viver é uma terra sem males, uma terra livre”, por isso, é importante ter uma carta ou documento do encontro para levar pras comunidades...;
- muito boa a proposta de elaborar um documento com as propostas, para incidir sobre as conferências, a Cúpula dos Povos na Rio + 20... porque a posição de muitos países é a mesma das empresas, ou seja, desenvolver a economia



verde com um pouquinho de ecologia, isso significa que teremos muitos conflitos, e a AMB irá incidir sobre esse processo, e acha importante as alianças a partir desse encontro.

- tem sido muito importante as articulações que ocorreram nesse encontro, porque existem muitas organizações indígenas, mas não conseguimos sentir o peso do movimento de mulheres indígenas em nível nacional, então esse momento também possibilita a articulação entre as indígenas e entre essas e as militantes da AMB. A AMB está muito aberta para esse debate, para fortalecer essas alianças;
- tive oportunidade de participar de 03 momentos do movimento indígena sobre a Rio + 20, o Marcos Terena foi o escolhido para representar os povos indígenas nesse processo, para ser o articulador; houve um encontro em Manaus (Cumbre de Manaus) junto com a COICA para dialogar com a Rio +20, onde veio indígenas de vários países e a ONU; as mulheres indígenas precisam se articular principalmente com os movimentos sociais, porque serão estes que estarão lá, porque outras iniciativas querem se apropriar das indígenas para refletir os interesses do governo. Nessa ocasião, foi informado que as mulheres indígenas irão articular esse debate em Alagoas, por isso, solicitaram sua participação na RIO + 20, porque entendem que o movimento indígena não avançará enquanto não findar com o patriarcado. “É importante a gente saber quais são as nossas alianças, com quem vamos, porque a gente cansa, porque toda vez que a gente vem pra um momento como esse, a gente volta para nossas comunidades com mais responsabilidade, então a gente precisa saber com quem nós podemos contar, quais são os nossos verdadeiros parceiros pra que a gente possa avançar... uma andorinha só não faz verão, mas faz muito barulho...”.

O que podemos fazer juntas?

Seguem abaixo um conjunto de sugestões, em sua maioria recomendações, para a ação conjunta das mulheres indígenas e não indígenas:

- a AMB pode contribuir na articulação das mulheres indígenas no Brasil, fortalecendo essas mulheres e proporcionando mais encontros com as



mulheres indígenas... “A aliança da AMB com o movimento indígena tem de ser concreta...”;

- “a partir de hoje vai ter uma mulher indígena disposta a trabalhar, não apenas vender artesanato”...;
- fortalecimento da organização das mulheres indígenas no DF, com a participação e a elaboração de documento do encontro para o governo federal, reconhecendo a existência dessas mulheres como indígenas, tendo como princípios a autonomia, sustentabilidade, território, igualdade, não submissão, não dominação, o fortalecimento da identidade e da cultura e a discordância com toda essa estrutura opressora do sistema;
- sair do encontro com uma agenda conjunta para a Rio + 20, para fazer a diferença. Precisamos socializar essa reflexão em nível de região (NE) e, nesse processo, incluir a nossa reflexão sobre o Bem Viver;
- AMB e AFM poderiam apoiar as mulheres indígenas para estar nos processos, colaborando e ensinando também (sendo protagonistas), pra que aquelas ‘avance no processo conjunto de empoderamento das mulheres’;
- AMB e AFM podem contribuir com a difusão das pautas para as mulheres indígenas organizadas na CONAMI (SP), inclusive sobre as atividades do movimento de mulheres, porque elas são excluídas dos processos, inclusive pelo movimento indígena, que é masculino, mas sabem que juntas CONAMI, AMB e AFM podem se fortalecer e dar sua contribuição;
- apoiar a luta contra Belo Monte;
- uma das indígenas comparou a relação entre AMB e as mulheres indígenas à parábola do porco espinho ... “era inverno e, para não morrer congelados, os porcos espinhos resolveram se juntar. Só que os espinhos machucavam muito, causavam dor e um deles não suportou, e se afastou. Nisso terminou morrendo, e os outros sobreviveram. Então, a relação entre AMB e as mulheres indígenas pode ser assim, tem alguns espinhos, mas é possível sobreviver e se fortalecer...”;
- elaborar um documento para oferecer essa discussão às conferências de mulheres e ao Conselho de Segurança Alimentar, além dos outros espaços, como a Rio + 20;
- “a gente se empodera tendo as informações, se nós conseguirmos fazer circular as informações, esse debate se amplia, então, fazer circular a listas de



presença e o relatório para troca e compartilhamento de informações de interesse das mulheres;

- “o primeiro passo foi dado com esse convite, mas precisamos avançar porque ainda somos minoria. Esse diálogo poderia estar sendo realizado nos estados, entre mulheres indígenas e não indígenas, porque no Nordeste a questão das mulheres ainda está muito a desejar, é preciso chegar mais próximo das mulheres...”;
- o debate da informação e da formação precisa se espalhar. É preciso também clarificar as ameaças que se avizinham (o mercado verde, a bolsa floresta, etc.), temos de estar desnudando as falsas saídas que hoje se apresentam, procurando ver que outras alianças são possíveis;
- é preciso pensar numa estratégia de visibilizar o movimento de mulheres indígenas que cresce muito, mas não é visível;
- temos duas agendas muito próximas – a III Conferência de Políticas para as Mulheres e a Rio +20 para fortalecer as propostas dialogadas nesse encontro, muitas das quais tem a ver com o Bem Viver;
- produzir um boletim virtual mensal (?);
- tentar uma aproximação a partir dos agrupamentos estaduais: quando tiver reunião de mulheres indígenas ir algumas mulheres dos agrupamentos, e quando tiver encontro da AMB/AFM, garantir a participação das mulheres indígenas, porque essas articulações não dependem de recurso;
- a AMB apoiar a realização de uma reunião extraordinária do CONAMI para redefinir a representatividade dessa organização, para resolver suas questões, como forma de redefinir uma organização nacional das mulheres indígenas e a participação na Conferência Nacional de Política para as Mulheres. Tal encontro deverá se realizar em Alagoas;
- participar dos Comitês Locais da Rio + 20;
- AMB tentar garantir a participação das mulheres indígenas na Conferência Nacional como convidadas, porque muitas delas não conseguem ser eleitas para a estadual; fazer o mapeamento das delegadas e socializar os textos base construídos pela AMB, que deve ser enviado as indígenas também.

O encontro foi encerrado no desejo de novos diálogos, inclusive com outros sujeitos políticos que constituem este país, como as mulheres negras, seguido de um momento avaliativo.



A N E X O

MAPEAMENTO¹

Roteiro para informações sobre grupo de mulheres indígenas

Estamos fazendo um breve mapeamento sobre o movimento de mulheres indígenas no Brasil e precisaríamos de algumas informações preliminares das companheiras que irão participar deste nosso diálogo, para termos conhecimento prévio das lutas.

Por favor, respondam brevemente a estas questões e me enviem até dia 23 de setembro.

Questões:

- Quando e porque foi criado o grupo de mulheres indígenas que você participa?
- Quais são as principais lutas?
- Quais as principais vitórias
- Como funciona o grupo? É uma coordenadora ou coordenação com mais de uma liderança?
- Vocês têm debatido sobre o 'Bem Viver'? E discussão está presente na sua aldeia?
- Seu grupo faz parte de alguma Articulação Nacional do Movimento de Mulheres Indígenas? Faz parte de alguma Articulação Nacional mista (homens e mulheres indígenas?)

¹ Este questionário foi encaminhado aos grupos e organizações de mulheres indígenas, bem como às lideranças indígenas que integram organizações do movimento indígena geral, com o fim de realizar um mapeamento das organizações e das formas de organizações de mulheres indígenas no país.



ARTICULAÇÃO
DE MULHERES BRASILEIRAS